



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

### **Jurisprudência da OA**

> Conselho Distrital de Lisboa

> Parecer CDL n.º 36/2007, de 11 de Outubro de 2007

#### **CONSULTA**

Por email datado de 24 de Agosto de 2007, veio a Sra Advogada-Estagiária, ....., solicitar a emissão de parecer quanto à admissibilidade de conciliação de estágio no Banco de Portugal (secção de supervisão bancária) com a prossecução do estágio em Advocacia.

A presente Consulta enquadra-se no artigo 50.º, n.º 1, alínea f), do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA), que confere aos Conselhos Distritais poder para “pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional” no âmbito da sua competência territorial”. Cumpre, proceder à emissão do parecer solicitado, tendo por base, apenas os factos transmitidos a este Conselho Distrital de Lisboa e pela forma que o foram.

O regime das incompatibilidades para o exercício da advocacia consta, fundamentalmente, dos artigos 76º e 77º do Estatuto da Ordem dos Advogados. Aí se prescreve que é incompatível com o exercício da advocacia, de um modo geral, o desempenho de qualquer cargo, actividade ou função que possa afectar a isenção, independência e a dignidade da profissão (art. 76º, nº2), especificando se depois, de forma não taxativa, situações concretas de incompatibilidade, em face das quais o legislador revela uma preocupação especial (artigo 77º, n.º 1).

E convirá ainda realçar que, por virtude do constante no nº2 do citado art. 77º, do EOA, as incompatibilidades verificam-se qualquer que seja o título, designação, natureza e espécie de provimento ou contratação, o modo de



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

### **Jurisprudência da OA**

remuneração e em termos gerais, qualquer que seja o regime jurídico do respectivo cargo, função ou actividade, com excepção:

- a) Dos membros da Assembleia da República, bem como dos respectivos adjuntos, assessores, secretários, funcionários, agentes ou contratados dos respectivos gabinetes ou serviços;
- b) Dos que estejam aposentados, reformados, inactivos, com licença ilimitada ou na reserva;
- c) Dos docentes;
- d) Dos que estejam contratados em regime de prestação de serviços.

No presente caso estará, pelo que nos é dado a conhecer pela Sra Advogada-Estagiária consulente a possível incompatibilidade de conciliação de um estágio no Banco de Portugal com o estágio na Advocacia.

Ora, o Banco de Portugal, tal como dispõe o art. 1º da sua Lei Orgânica é uma pessoa colectiva de direito público, ainda que dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

Assim, tal situação (contrato de estágio com o Banco de Portugal na área de supervisão bancária) cairá directamente na factispécie vertida na al. j) do nº1 do art. 77º do EOA, mormente na primeira parte.

Diz-nos esta norma que é incompatível com o exercício da Advocacia a assunção da qualidade de "funcionário, agente ou contratado de quaisquer serviços ou entidades que possuam natureza pública ou prossigam finalidades de interesse público, de natureza central, regional ou local"

Contudo, há que contar com o teor do disposto no nº3 do art. 77º do EOA que vem estabelecer uma excepção a esta incompatibilidade. Pois assim "é



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

### **Jurisprudência da OA**

permitido o exercício da advocacia às pessoas indicadas nas als j. (como é o caso) e l) do nº 1 , quando esta seja prestada em regime de subordinação e em exclusividade(...)", ao serviço da entidade em causa.

Ou seja, em conclusão, um estágio no Banco de Portugal (tendo em conta a natureza pública do mesmo) é incompatível com o exercício do estágio em Advocacia, salvo se for comprovado, mediante junção de declaração daquela entidade em como o estágio em causa abrange o exercício de funções típicas de Advocacia e seja prestado em regime de subordinação e exclusividade.

#### Conclusões:

1. É incompatível com o exercício da Advocacia a assunção da qualidade de "funcionário, agente ou contratado de quaisquer serviços ou entidades que possuam natureza pública ou prossigam finalidades de interesse público, de natureza central, regional ou local" (art. 77º, nº1, al. j) do EOA)
2. As incompatibilidades previstas no EOA verificam-se qualquer que seja o título, designação, natureza e espécie de provimento ou contratação, o modo de remuneração e em termos gerais, qualquer que seja o regime jurídico do respectivo cargo, função ou actividade (art. 77º, nº2 do EOA), salvo as excepções estatutariamente previstas.
3. Sendo o Banco de Portugal uma pessoa colectiva de direito público, é incompatível com a Advocacia o exercício de estágio nessa entidade.
4. Tal apenas não acontecerá se o Advogado (ou Advogado-Estagiário) interessado comprovarem o exercício de funções típicas de Advocacia junto da entidade em causa, em regime de subordinação e exclusividade.

Ao Plenário do Conselho Distrital de Lisboa



## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

---

### **Jurisprudência da OA**

Lisboa, 26 de Setembro de 2007

RUI Souto